

HÁ UMA VERDADE ÚNICA E ABSOLUTA A RESPEITO DO CONHECIMENTO?

Márcia Aparecida de Souza (SEEDUC-RJ)

profmarciasouza2016@gmail.com

Lígia Christine Pereira Martins (UFF)

ligiachrmartins@gmail.com

Henrique Cunha Júnior (UFC)

racismoantingro@gmail.com

RESUMO

Esse texto busca uma reflexão sobre a postura do pesquisador frente a seu interlocutor, tornando-se possível esse entendimento a partir de uma revisão bibliográfica que não apenas facilita a compreensão, mas também convida o leitor a uma conversa sobre metodologia e epistemologia, passíveis a contribuir com o trabalho do pesquisador no que se refere a respeitar o saber do outro e na aproximação do senso comum com a ciência, a evitar posturas que possam influenciar de forma negativa o trabalho a ser desenvolvido. Também discute formas de observar o trabalho em campo e apresenta uma visão das possibilidades do uso de imagens nas investigações e ou pesquisas, permitindo, deste modo, a comunicação entre singularidades.

Palavras-chave:

Pesquisa de campo. Sabedoria do cotidiano. Feedback ao trabalho de pesquisa.

ABSTRACT

This text seeks to reflection there searcher's attitude towards his interlocutor, making this understanding possible through a bibliographic review that not only facilitates understanding but also invites the reader to talk about methodology and epistemology that can contribute to there searcher's work in terms of respecting the knowledge of others, in approximation of common sense with science, to avoid attitudes that may negatively influence the work to be developed. It also discusses ways of observing field work and presents a view of the possibilities of using images in investigations and / or research, thus allowing communication between singularities

Keywords:

Field research. Everyday wisdom. Feedback to research work.

1. Introdução

Durante o século XX, no ocidente, o conhecimento passa a integrar o monopólio da produção científica através de estruturas de poder, tornando a produção do conhecimento alvo de disputas políticas, econômicas e sociais, uma vez que a ciência como referência do conhecimento

ganhou uma fortíssima autoridade, por intermédio de uma visão sobre a qual,

[...] supõe-se a existência de uma prévia verdade a-histórica, situada numa “realidade” (objeto do conhecimento) a ser extraída pelo sujeito do conhecimento: o que se pode ver é aquilo que existe para ser visto. A verdade seria, assim, a adequação do sujeito ao objeto, portanto, a adequação a uma realidade exterior ao sujeito e, no limite, dotada de uma autoridade à qual ele necessariamente deveria submeter-se. No conhecimento científico, o fenômeno estudado deve ser ordenado ou objetivado em padrões suscetíveis de controle pela observação empírica. (SODRÉ, 2014, p.121)

Logo, é preciso que se entenda o que tomamos como conhecimento, pois com base na visão sobre o quanto é preconceituoso o entendimento de que padrões pré-estabelecidos são máximas irrefutáveis, que devem ser seguidas em detrimento de outros conhecimentos, percebe-se como socialmente adotamos certos lugares de saber como sendo universais e determinantes, nos quais o acesso ao conhecimento que não seja produzido pela máquina científica se coloca como uma dificuldade. Entretanto, em tudo que a ciência afirma, pode haver discordância, visto tantas outras verdades possíveis serem fruto de diferentes realidades existentes, de forma que a existência da verdade científica pode ser um problema visto ser limitada a um conjunto de casos e possíveis erros, como ocorreu com o entendimento que a ciência tinha sobre as raças humanas, que foi um imenso erro científico, com graves consequências para a humanidade. Hoje a correção da própria ciência diz não existirem raças, a humanidade ser uma só espécie com variações.

Isso posto, o conhecimento pode ser pensado como tudo aquilo que resolve problemas, assim sendo a zona rural abriga pessoas conhecedoras e produtoras de saberes que não são do campo científico. O que chama a atenção é ter-se o devido cuidado com as relações de poder e de status social que podem estar presentes na postura de alguns pesquisadores, fazendo-se necessário aprofundar a discussão sobre atitudes do pesquisador, o respeito e compromisso com seu interlocutor.

Para apoiar o caminho reflexivo, o desenho traçado para esse estudo parte das considerações de estudiosos do cotidiano a despeito da pesquisa acadêmica e de outros teóricos que discutem a relação entre conhecimento e território, em seguida, argumenta sobre o uso de imagens em trabalhos dessa natureza e logo após traça algumas considerações sobre o assunto, discutindo como essas metodologias e epistemologias podem contribuir para o melhor desempenho do entrevistador em campo.

2. Estudos do cotidiano

Cunha Jr. (2001) apresenta uma ótica diferente da que normalmente impera sobre pesquisa ao trabalhar com a metodologia da afrodescendência, que é uma abordagem metodológica do campo da pesquisa empírica, concebida para pesquisadores que possuem um envolvimento prévio com o tema da pesquisa. Trata as diversas temáticas a partir do conhecimento experimental. A pesquisa flui da relação sujeito–sujeito, visto haver o forte vínculo pesquisador–tema. Há um distanciamento em relação à neutralidade científica devido ao pesquisador já conhecer a temática através de vivências, prática e realizações espontâneas do cotidiano. O trabalho então evolui para a consolidação de conceitos teóricos e culmina em uma síntese conceitual que explica a realidade vivida em um determinado território por um conjunto de população de maioria afrodescendente.

Djamila Ribeiro em sua obra *O que é lugar de fala?* (2017) discorre sobre a importância de produções intelectuais que tornem a disseminação de conhecimento acessível; também discute que sujeitos de grupos marginalizados que historicamente tem suas vozes silenciadas devido a organização social hierárquica que se utiliza da “linguagem como mecanismo de manutenção de poder” (RIBEIRO, 2017, p. 10) possam não somente ter voz, pois sempre tiveram, “mas democratizar a própria história, um processo de devolvê-la ao povo” (THOMPSON, 1978 *apud* SANTOS; ARAÚJO, 2007, p. 193). Sendo assim, como adverte Romagnoli, “a produção de conhecimento [...] implica um exercício de desapego às formas acadêmicas dominantes e instituídas, ainda que elas estejam imanentemente presentes” (2009, p. 172). O pesquisador deve arriscar-se e rever formas consideradas dominantes e tem essa oportunidade, quando entra em contato com seu interlocutor e observa, percebe, mantém contato, entra em campo, interage e pode produzir conhecimentos a partir de suas observações, pois é possível e primordial que o pesquisador se aventure à procura de novas possibilidades de pensar e entender o cotidiano.

Sodré (2019) corrobora esse entendimento ao apontar que há ainda, mesmo após a abolição, o enraizamento da escravatura que, através da dominação, sutilmente põe o negro em determinados lugares, como se fazia geograficamente através das senzalas. Tal mudança representa a gestão biopolítica dos corpos como propõe Foucault (1999), ao apresentá-la como algo para além do mecanismo disciplinar como acontecia outrora, sendo essa uma nova tecnologia de poder que incorpora ao modelo disciplinar novos instrumentos que possibilitarão, para além da domina-

ção da vida, a gestão e o desenvolvimento da mesma, a partir de uma norma, em uma sociedade na qual norma disciplinar e norma regulamentar se cruzarão, proporcionando a maximização da vida.

Corpos e discursos se encontram. Quer dizer, essas estratégias estão ao mesmo tempo dentro e fora. Dentro da organização social em que a mídia estrutura e organiza e dentro do vínculo social. (SODRÉ, 2019, p. 880)

Este movimento relacional faz com que haja a perpetuação de formas de saber que se instauram como superiores através dessa dominação sutil. No entanto, o negro e também outros que não se sentem abarcados por tais formas, constroem formas de resistência para que desloquem tais posições, pois como afirma Sodré (2019, p.879) “não vejo em que gerações isso poderia acabar, mas penso que as posições de domínio podem se deslocar. E elas se deslocam pela luta”.

Acaba-se por contribuir para um desconhecimento sobre o quanto é rica a experiência social, uma vez que esta não se limita apenas a categorias ocidentais pré-estabelecidas. É no reconhecimento da diferença do outro, através da troca de saberes, ao considerarmos a relação entre o indivíduo, sociedade e cultura, que se constitui o saber que não se limita apenas à questões técnicas ou a terminologias específicas da formação do pesquisador, podendo compor juntamente com outras culturas e pensamentos, mesmo que sejam exteriores àquilo que se conhece ou acredita ser verdadeiro. Esse é um pensamento de domínio único, como uma

[...] monocultura do saber e do rigor do saber” que é a “mais poderosa forma de produção de não existência, pois consiste na transformação da ciência moderna e da alta cultura em critérios únicos de verdade. (SANTOS, 2006, p. 247)

Visto que ainda segundo o mesmo autor, se há uma verdade única, esta inviabiliza outras propostas diferentes e talvez tão interessantes quanto as já conhecidas, o que caracteriza uma não existência de novas sugestões. Nessa direção, o autor propõe uma “sociologia das ausências e uma sociologia das emergências” (SANTOS, 2006, p. 259) que sugere ampliar as experiências sociais já conhecidas e acrescentar novas experiências sociais; O que evidencia a importância de ousar, de inovar, o que possibilita a existência do que até certo momento era considerado inexistente.

Ainda nessa mesma direção, Pais (2001) salienta que o pesquisador precisa atentar para o que o social apresenta, pois são estas imagens do social, que devem orientar o caminho a seguir, deve cuidar para não deixar que essas percam o sentido.

O lugar social não determina uma consciência discursiva sobre esse lugar. Porém, o lugar que ocupamos socialmente nos faz ter experiências distintas e outras perspectivas. [...] Com isso, pretende-se também refutar uma pretensa universalidade. Ao promover uma multiplicidade de vozes o que se quer, acima de tudo, é quebrar com o discurso autorizado e único, que se pretende universal. (RIBEIRO, 2017, p. 39)

Faz-se também necessário velar para que as teorias não se transformem em modelos a serem seguidos, pois seguir moldes pode desviar o que de fato o cotidiano expõe. É preciso estar atento a todos os acontecimentos, considerando que apesar da aparência de que no cotidiano nada está acontecendo, “o cotidiano seria o que no dia a dia se passa quando nada se parece passar.” (PAIS, 2001 p.28)

O pesquisador é então convidado a construir a realidade que observa, pois “a realidade apenas se insinua, não se entrega (...) ela tem de ser imaginada, descoberta, construída.” (PAIS, 2001 p. 28), há uma relação entre aquilo que o pesquisador pensa e sua prática no território no qual está inserido.

E considerando a relação pesquisador/ interlocutor, Valla (1996) observa a dificuldade que pesquisadores têm em compreender que as classes menos favorecidas possuem grande potencial de conhecimento e que se organizam sistematicamente para resolver diversas questões. Chama a atenção para o olhar do observador em relação a seu interlocutor e assevera ser necessária a modéstia para reconhecer a diferença entre os saberes da população pesquisada e do pesquisador, para que possa identificar que são apenas saberes diferentes e não superiores um ao outro.

É preciso mais que um simples contato mediador- classe subalterna, faz-se mister uma postura humilde por parte dos que se consideram sábios, a ponto de conseguir fazer uma revisão de seu papel, compreender e aceitar que o conhecimento do outro pode ser um complemento do que já tem e que a união das duas partes pode ser muito enriquecedora.

A partir da História Oral Alessandro Portelli (1997a) entende que o papel do pesquisador não é de forma alguma apenas coletar dados, mas sim o aprofundamento de algo que precisa ser dito, é permitir que através de fontes orais vozes silenciadas possam ser ouvidas, terem “ acesso à esfera pública, ao discurso público, e o modifiquem radicalmente” (PORTELLI, 2010). Situação que demanda o compromisso do pesquisador em seguir as normas, manter-se fiel aos resultados encontrados na pesquisa,

mesmo os mais inesperados, pois ele entende que é necessário o trabalho com versões individuais dos fatos da vida para garantir ao sujeito a participação ativa, não apenas como um objeto de pesquisa. É imprescindível tratar com seriedade os interlocutores pois cada pessoa é única e tem experiências ímpares a compartilhar e acrescentar ao já pesquisado. Um dos compromissos éticos do pesquisador é compreender que não existem verdades absolutas e que não deve buscar verdades e padronizá-las. Cada um posiciona o seu discurso em algum lugar. Daí a importância de se respeitar a todos os participantes, considerando que a pesquisa se torna mais rica à medida que aumenta a diversidade de narrativas, visto que “ao ter como objetivo a diversidade de experiências, há a consequente quebra de uma visão universal” (RIBEIRO, 2017, p. 34).

A pesquisa não pode se apresentar como um ato de extrair informações, ela deve abrir espaços de narração, oferecer um espaço de compartilhamento, no qual o pesquisador se coloca disponível à escuta (PORTELLI, 2010). Quando se convoca o outro à palavra, é posto um convite para se autoperceber desta forma. Ouvir os interlocutores não é uma forma de comprovar algo que já está sendo dito, de ilustrar o que vem sendo estudado. Se nos prendermos unicamente a nossos conhecimentos teóricos e científicos, estaremos nos baseando em uma noção de conhecimento fixo e universal, todavia por sermos seres mutáveis e variantes de acordo com o território que compõe nossa subjetividade, em alguma medida isso afetará na produção de conhecimento.

Diante disso, é preciso que estejamos atentos ao uso que é dado ao lugar que ocupamos. O especialista pode assumir dois papéis: colocar-se como possuidor do poder e ser aquele que somente fala em nome da ciência, que dita as regras e que também esvazia o conhecimento de outras áreas que ele não legitima, por acreditar ser ele quem detém o conhecimento, considerando uma hierarquia em que apenas os especialistas possuem o conhecimento e não reconhecer o saber dos outros, que é uma forma de opressão, ou ser capaz de assumir o papel de aliado, em que o seu saber é, sim, reconhecido, mas não como o único, já que o especialista pode construir saberes juntamente com aqueles que não detêm os mesmos conhecimentos que ele, sem oprimi-los.

Como aponta Portelli, “sem diferença não há igualdade (...) somente a igualdade faz a entrevista aceitável, mas somente a diferença a faz relevante” (1997b, p. 23). Isto posto, a relevância de uma pesquisa se dá no encontro, no trabalho conjunto com aquilo que constitui nossa igualdade, sem, contudo, abandonarmos o que a partir de nossa subjetivi-

dade, nos torna diferentes. “Quando o encontro tem lugar à luz da igualdade, não somente o observador mas também o observado podem ser estimulados a pensarem diferentemente sobre si mesmos” (*Id.*, *ibid*).

Martins (2014) adverte que por vergonha ou para evitar situações embaraçosas algumas pessoas preferem mentir, pois desta forma se livram de um conflito entre as ideias que consideram certas e a que acredita que o outro quer ouvir. Nesse caso, a omissão da verdade tem caráter de resguardar o sujeito frente a dificuldade de reagir quando se depara com uma situação que o entrevistado sabe que a sociedade cobra uma atitude diversa da que de fato gostaria de demonstrar. E por não se ver em condições de debate, por se reconhecer fraco diante do outro, prefere omitir sua verdadeira opinião, situação que pode ser amenizada quando há envolvimento do pesquisador no cotidiano do(s) entrevistados.

Em relação ao trabalho de campo Spink (2008) apresenta uma ótica diferente da que normalmente impera, ou seja, a ideia de que só durante o tempo em que o pesquisador está no ambiente natural de seus interlocutores, em um espaço específico, é que está acontecendo a pesquisa em campo. Segundo ele, estar em campo ultrapassa uma simples observação por parte do pesquisador, estar em campo é também envolver-se nos acontecimentos do lugar que está sendo observado, para que aconteça um efetivo entendimento do cotidiano dos envolvidos.

Spink (2008) discorre sobre o quanto é importante ter “disposição de repensar muito daquilo que é presumido como central à boa pesquisa científica.” (p. 72), exemplifica que excelentes resultados podem ser obtidos em uma simples conversa, tomando um café, com o interlocutor. O que só vai acontecer se o pesquisador deixar-se envolver naturalmente no dia a dia do entrevistado, sem preocupar-se com formas planejadas de abordagem.

3. O uso de imagens em trabalhos acadêmicos

Sobre o uso de imagens fotográficas em trabalhos acadêmicos, Zan (2010) afirma que a fotografia possibilita um alargamento do olhar, pois ao observar uma imagem fotografada pode se perceber detalhes que passariam despercebidos a olho nu. No entanto, Godolphim (1995) discute o fato de, por vezes, essas serem usadas apenas como forma de comprovação sobre o que está sendo discorrido, para reafirmar a fala, ao discorrer que há imagens que nada falam por si, que não têm participa-

ção, envolvimento com o texto.

Nessa mesma direção, Zan (2010) apresenta um trabalho do qual se depreende que uma fotografia apresenta uma multiplicidade de interpretações, denunciando então o perigo de utilizar uma imagem com uma intenção específica, pois essa pode ser interpretada de forma diversa à pretendida pelo autor.

Reitera Alves:

Assim, é preciso ter presente que se as imagens têm um significado para mim, podem mostrar outras coisas para quem as vai ‘ver’, ao ler este trabalho. (ALVES, 2001, p. 3)

Godolphim (1995) propõe o uso de imagens como texto, utilizadas para transmitir muito além do que o visual pode apresentar, usadas como um texto integrante do trabalho, em que cada pessoa que tenha acesso a esse possa fazer uma leitura de acordo com suas representações sociais. Manguel reitera esse entendimento ao afirmar não ser possível fazer leitura de uma imagem da qual não se tenha uma representação mental, ou seja, “só podemos ver aquilo que, em algum feitio ou forma, nós já vimos antes” (MANGUEL, 2001, p. 27).

Para Godolphima, a apresentação de fotografias devem ser parte da discussão de forma que não precise ser explicada por um texto e sim leve o leitor a refletir a despeito do estudo em questão, como “um caminho que leva a tratar as fotos como falas que elas são, relatos em imagens da (dis)cursividade.” (1995, p.169).

Portanto, percebe-se, como apontam Meirinho e Monteiro (2018), através do projeto Fotografar é dar vida, desenvolvido por mulheres da Guiné-Bissau, como a imagem na relação vivencial com o território se torna um instrumento vivo de conhecimento, a partir da inserção em novos mundos que potencializam a mudança social, construindo um processo de aprendizagem colaborativo em que há a integração de saberes teóricos, práticos e experienciais

Ainda sobre o projeto Fotografar é dar vida, os pesquisadores apresentam os acordos que precisaram ser feitos para dar conta de todas as diferenças centradas naquele projeto, o que foi um processo complexo, dado tantos anos de imposição e conseqüente aceitação de padrões, moldes e processos de aprendizagem hegemônicos, porém, apesar da complexidade faz-se necessário pensar nas diferenças como algo positivo de forma a intensificar espaços de produção como este, visto que se prender

unicamente a conhecimentos teóricos e científicos é estar se baseando em uma noção de normalidade fixa, com base em modelo posto e constituído por outro, fundamentado em ideais para além do próprio indivíduo. O que se considera inviável, visto as pessoas serem mutáveis e variantes, de acordo com o território que compõe sua subjetividade, para além do funcionamento segundo as leis da natureza, pois o que determina de fato quem é o ser, é o que escapa a essas leis (CANGUILHEM, 1990). De forma que como indica Djamilia, se pode atuar a partir das próprias diferenças, considerando que “o não reconhecimento de que partimos de lugares diferentes (...) leva a legitimação de um discurso excludente” (RIBEIRO, 2017, p. 29).

É necessário reforçar a autonomia na apropriação do saber e o empoderamento do conhecimento, em razão da aprendizagem conjunta e integradora, que se opõe à via do especialismo, do saber padronizado, considerando assumir a multiplicidade de saberes de todos os envolvidos, sem desconsiderar o rigor e a ética que se fazem necessários em todas as esferas. Bem como se faz necessário ter o devido cuidado quanto à indicação da fonte da imagem, que é um quesito essencial na credibilidade do trabalho, ao utilizá-la é preciso indicar nome de quem fotografou ou a quem pertence a fotografia em questão e o ano em que foi tirada a foto que também é relevante para completar o entendimento.

Uma fotografia é fruto do trabalho de um autor, por isso o mesmo é quem decide autorizar ou não a exploração de sua obra. De acordo com a legalidade constitucional, torna-se necessário respeitar a vontade deste titular, precisando então de consentimento para utilização do bem por um terceiro, e essa autorização na maioria das vezes é garantida através de um termo de consentimento livre e esclarecido onde há o esclarecimento sobre os objetivos do estudo e demais informações que venham se apresentar como necessárias. Também é importante pensar sobre as imagens encontradas na *internet*, estando esta tão presente em nossa sociedade atualmente. Daí torna-se mister a prevenção sobre a possibilidade de alguém ter os direitos sobre as imagens utilizadas, se há autorização para divulgação, nesse caso há a necessidade direta da autorização que por vezes é concedida através da própria rede ou ainda a imagem pode estar no domínio público, sendo assim não necessita de permissão para uso já que os dados estão disponíveis online e se tornam acessíveis a qualquer pessoa.

4. Considerações finais

Este estudo buscou mostrar que não há uma verdade única e absoluta a respeito do conhecimento, e que é necessário o entendimento de que há conhecimentos diferentes e não um superior ao outro. Diante disso, esclarece a necessidade de coragem para ousar, renunciar parâmetros dominantes e descobrir outras possibilidades alternativas às já conhecidas, que tornem cada vez mais potente a produção de conhecimento ao evidenciar a viabilidade de inovações a partir das observações do pesquisador em campo, trabalhando de forma a não deixar perder a essência do que realmente o cotidiano apresentou. Entendendo desta forma que o campo do pesquisador não é somente o local onde aplica sua pesquisa, mas tudo que o cerca.

Demonstrando que é premente o devido respeito e envolvimento com os entrevistados, de forma a evitar que, por constrangimento, aconteça omissão da verdade. Aponta que é possível fazer do estar em campo momentos que vão muito além, e que a participação no cotidiano do outro pode gerar magníficas descobertas.

Possibilita uma reflexão sobre o uso ou não de imagens em trabalhos acadêmicos, visto estas serem um recurso que facilita a observação de detalhes que são capazes de fugir aos olhos do observador, mas que podem ser usadas como parte do discurso, levando o leitor a pensar sobre determinado assunto e dar espaço a uma rede de conhecimento tão presente no mundo contemporâneo.

Pode-se dizer então que a partir da pluralidade de verdades acerca do conhecimento, o pesquisador transita entre a liberdade que tem para inovar e propor novas ideias e o compromisso em manter-se fiel ao real resultado da investigação e que, para isso, é preciso consideração, respeito, responsabilidade, ética, conscientização de direitos e deveres, envolvimento e sabedoria para lidar com resultados inesperados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, N. Imagens das escolas: sobre redes de conhecimentos e currículos escolares. *Educar*, Curitiba, n. 17, p. 53-62. 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/er/n17/n17a05.pdf>>. Acesso em: 20 de abril de 2020.

CANGUILHEM, Georges. *O normal e o patológico*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1990.

CERTEAU, Michel de. Indeterminadas. In: _____. *A invenção do cotidiano*. Artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1994.

CUNHAJUNIOR, Henrique. Africanidades, Afrodescendência e Educação. *Educação em Debate* (CESA/UFC), Fortaleza, v. 2, n. 23, p. 5-15, 2001.

GODOLPHIM, Nuno. A fotografia como recurso narrativo: problemas sobre a apropriação da imagem enquanto mensagem antropológica. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 1, n. 2, p. 161-85, jul./set. 1995. Disponível em: <<https://renatoathias.files.wordpress.com/2008/03/havisual.pdf>>. Acesso em 20 de abril de 2020.

FOUCAULT, Michel. Aula de 17 de Março de 1976. In: _____. *Em defesa da Sociedade*: Curso no Collège de France (1975–1976). São Paulo: Martins Fontes, 1999. p. 285-316

MANGUEL, Alberto. O espectador comum. A imagem como narrativa. In: _____. *Lendo imagens*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

MARTINS, José de Souza. O estudo sociológico da mentira no cotidiano. In: _____. *Uma sociologia da vida cotidiana*. São Paulo: Contexto, 2014. (Apêndice: “Aventuras de Pedro Malasartes”)

MEIRINHO, Daniel; MONTEIRO; Elisabete. Empoderamento feminino através da fotografia participativa na Guiné-Bissau. In: CORALDINE, Lisbete; PAVAN, Maria Angela. *Narrativas, Memórias e Itinerários*. Campina Grande-PB, 2018.

PAIS, José Machado. Nas rotas do cotidiano. In: _____. *Vida Cotidiana*. Enigmas e revelações. São Paulo: Cortez, 2001.

PORTELLI, Alessandro. Tentando aprender um Pouquinho. Algumas reflexões sobre a ética na História Oral. *Projeto História*, São Paulo, v. 15, p. 13-49, abr. 1997a. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/revph/article/view/11215/8223>>. Acesso em 20 de abril de 2020.

_____. História Oral e Poder. *Mnemosine*, v. 6, n. 2, p. 2-13. 2010. Disponível em: <http://mnemosine.com.br/ojs/index.php/mnemosine/article/viewFile/198/pdf_183>. Acesso em: 20 de abril de 2020.

_____. Forma e significado na história oral: a pesquisa como um experimento em igualdade. Tradução de Maria Therezinha Janine Ribeiro. *Projeto história*, Local, v. [?], n. 14, p. 7-39, fev. 1997b. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/revph/article/view/11231/8239>>. Acesso em:

20 de abril de 2020.

RIBEIRO, Djamilá. *O que é lugar de fala?*. Belo Horizonte: Letramento, 2017 [on-line].

ROMAGNOLI, Roberta Carvalho. A cartografia e a relação pesquisa e vida. *Psicologia & Sociedade*, Belo Horizonte, v. 21 (2), p. 166-73, 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/psoc/v21n2/v21n2a03.pdf>>. Acesso 20 de abril de 2020.

SANTOS, S. M. dos; ARAÚJO, O. R. de. História oral: vozes, narrativas e textos. *Cadernos de História da Educação*, v. 6, 2008. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/che/article/view/282/289>> . Acesso em 20 abril de 2020.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. In: _____. *A gramática do tempo*. Para uma nova cultura política. São Paulo: Cortez, 2006.

SODRÉ, Muniz. Do lugar de fala ao corpo como lugar de diálogo: raça e etnicidades numa perspectiva comunicacional. *Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde*, [S.l.], v. 13, n. 4, 2019. Disponível em: <<https://www.reciis.icict.fiocruz.br/index.php/reciis/article/view/1944/2314>>. Acesso em: 23 de abril de 2020.

_____. SODRÉ, Muniz. *A ciência do comum: notas para o método comunicacional*. Petrópolis: Vozes, 2015.

SPINK, P. K. O pesquisador conversador no cotidiano. *Psicologia & Sociedade*, Porto Alegre, v. 20, n. spe, 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/psoc/v20nspe/v20nspea10.pdf>>. Acesso em: 20 de abril de 2020.

VALLA, Victor Vincent. A crise de interpretação é nossa: procurando compreender a fala das classes subalternas. *Educação & Realidade*. 21(2): 177-190. jul/dez. 1996. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/71626/40626>>. Acesso em: 20 de abril de 2020.

ZAN, D. D. P. Fotografia, currículo e cotidiano escolar, *Pro-Posições*, v. 21, n. 1 (61), p. 149-61, jan./abr. 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pp/v21n1/v21n1a10.pdf>>. Acesso em 20 de abril de 2020.